

# **CANDIDATURA À COMISSÃO CONCELHIA DE LOULÉ**

## **MOÇÃO “ LOULÉ PARA TODOS “**

### **1. Introdução**

Os resultados eleitorais nas eleições europeias afirmaram o BE como terceira força política, sendo o Algarve a região onde teve o segundo melhor resultado a nível nacional (12,9%), logo a seguir a Coimbra (13,01%).

Nos diferentes concelhos do Algarve, com exceção de Alcoutim, o BE superou a barreira dos dois dígitos, tendo até ultrapassado o PSD em Portimão, Olhão e Lagos. Estes indicadores revelam a afirmação e reconhecimento do projeto político, onde o perfil e o modo como a Marisa Matias fez campanha, constituiu uma mais-valia que congregou o apoio de muitos eleitores, para além da base eleitoral do BE. Em Loulé, o BE atingiu 10,36% de votos válidos, quase quintuplicando os 2,84% obtidos nas últimas eleições autárquicas. Esta falta de afirmação e reconhecimento concelhio, apesar do persistente trabalho autárquico realizado no âmbito da Assembleia Municipal, não deve ser estranho às dificuldades organizativas experimentadas, à fraca implantação no território e à ausência de uma estratégia de afirmação e de visibilidade das nossas propostas e iniciativas políticas.

Urge por isso reorganizar o Núcleo de Loulé, dotá-lo de um projeto político consistente, e de uma coordenação dinâmica e eficaz. A nossa candidatura para a Coordenadora Concelhia é uma aposta na convergência de aderentes que assumem o compromisso de dar o melhor do seu empenho e saber para mobilizar os atuais aderentes e cativar novas adesões de simpatizantes e cidadãos independentes.

### **2. Organização e funcionamento da coordenadora e do núcleo**

A Comissão concelhia a eleger deverá ser composta por 5 ( cinco ) membros .Três ( 3 ) efectivos e Dois ( 2 ) suplentes .

Assumindo colegialidade na participação das decisões, reunindo mensalmente para, na análise do trabalho realizado e a realizar, sendo atribuídas áreas de intervenção aos membros efetivos e suplentes.

O Núcleo deverá reunir trimestralmente por convocatória da Coordenadora, reunindo extraordinariamente sempre que se justifique.

Para o pleno desenvolvimento da nossa atividade concelhia torna-se fundamental ter um espaço adequado na sede do concelho, cabendo à Coordenadora fazer diligências nesse sentido e assegurar o funcionamento de acordo com horário a definir, contando também com o voluntariado dos aderentes e simpatizantes.

### **3. Intervenção Autárquica**

A intervenção autárquica no nosso concelho deverá realizar-se em duas vertentes: na Assembleia Municipal, através do deputado municipal eleito, que hoje é reconhecido como um dos que mais trabalho tem realizado naquela Assembleia, pelo que, continuar a apoiar o Deputado do Bloco é um imperativo, sendo desejável alargar o grupo de apoio. Onde não existirem autarcas eleitos, devem os aderentes do Bloco participar ativamente através da sua intervenção no período concedido ao público, para dar a conhecer as propostas do Bloco nas diversas matérias.

Deve ser dada também atenção, para além do aspeto fiscalizador das políticas seguidas pelo executivo, orientar a coordenadora no sentido da apresentação de propostas e moções, que reflitam uma análise ponderada sobre a realidade concelhia e uma visão estratégica para o concelho, que façam pressão sobre o executivo camarário.

Num contexto de desinteresse generalizado pela atividade política, o qual se comprova pela alta abstenção torna-se primordial atrair aderentes e simpatizantes para as atividades do Bloco através de ações que exerçam uma atração positiva e motivadora. Para além dos debates políticos, podem ser equacionadas algumas iniciativas culturais, sociais e desportivas que despertem a atenção para os temas que nos preocupem.

#### **4. Campanha para as Legislativas**

Na campanha para as legislativas devemos assegurar a colaboração de todos na distribuição da propaganda eleitoral (mupis, cartazes, comunicados, jornal, etc.) e mais ativos nos contactos pessoais e nas sessões de esclarecimento, que poderão ser bastante produtivas (exemplo da sessão de esclarecimento sobre os cuidadores informais, na biblioteca municipal). Paralelamente, será necessário articular a nossa intervenção com a direção Nacional e Distrital, realizando iniciativas no concelho e colaborando em eventos nacionais e regionais. Devemos ainda aproveitar a campanha para antecipar e projetar rostos e nomes de potenciais candidatos às eleições autárquicas, com uma campanha estruturada, realista em relação à quantidade de ações que nos propusermos, percebendo que cada vez mais a campanha se faz nas redes sociais, usando os novos meios tecnológicos existentes, e através da comunicação social. Para tal, deveremos organizar as nossas ações e promover comunicados que deem destaque ao nosso trabalho.

#### **5. Programa/Manifesto**

- Emprego e trabalho com direitos

O desemprego juvenil encontra-se muito acima da média europeia, e a redução significativa dos contratos de trabalho a termo certo trazem consigo o aumento da precaridade laboral com consequências inevitáveis na estabilidade familiar e no modo de vida, afetando um número crescente de pessoas. Não podemos ficar indiferentes a esta preocupante realidade que deve merecer especial atenção na nossa intervenção local e nacional.

- Pela reabilitação urbana, habitação social e a revitalização do interior

Perante o imobilismo do executivo municipal, torna-se ainda mais necessária a nossa intervenção pela promoção da habitação social, visando a revitalização de zonas urbanas, a reabilitação dos centros históricos e o repovoamento do interior do concelho, criando incentivos a projetos inovadores e facilitando o acesso a habitação a preços controlados. Esta luta ganha ainda mais força com a aprovação da Lei de Bases da Habitação que prevê uma estratégia local de habitação, através de incentivos à reabilitação, admitindo a possibilidade de requisição temporária de casas devolutas. Defender o direito à habitação a preços acessíveis definindo critérios justos e solidários onde os jovens casais e as famílias mais carenciadas mereçam especial atenção, e não

se vejam obrigados a ir morar para outros concelhos vizinhos, onde os preços da habitação sejam mais acessíveis.

- Defender o estado social e serviços públicos de qualidade

Perante a ofensiva neoliberal a que o PS é sensível, como ficou claro com a defesa das PPP no SNS, cabe ao BE assumir claramente a defesa intransigente das funções sociais do Estado, nomeadamente na área da Saúde, da Educação e da Segurança Social, pugnando pela melhoria da qualidade dos serviços públicos de gestão nacional, regional ou local.

- Ambiente e alterações climáticas

O BE Loulé pretende assumir as questões ambientais como centrais na governação local. É altura de ações concretas por forma a assegurar a sustentabilidade do concelho, tendo em conta os desafios das alterações climáticas e a transversalidade do tema relativamente aos vários aspetos da vida socioeconómica. Pretendemos promover uma política que vise três áreas de ação que devem merecer especial atenção na nossa intervenção: A defesa da orla costeira, a qualidade ambiental nos centros urbanos e a valorização das zonas rurais.

Orla costeira: uma política que redefina usos possíveis, de forma a salvaguardar os espaços naturais ou a naturalizar, numa área cada vez mais limitada e sobre forte pressão urbanística. O problema da erosão marítima e do avanço do mar requer um estudo que indique novas formas de ação de defesa da Costa, apontando para modelos multifuncionais, de caráter inovador e transversais à economia marítima e ao turismo.

Centros urbanos: pretendemos uma política ambiental em estreita ligação com os centros urbanos, apostando na qualidade ambiental dos aglomerados populacionais, na eficiência energética, na mobilidade e na valorização e utilização dos resíduos produzidos.

Espaço rural: pretendemos uma política que tenha em conta as necessidades de habitação e o papel fundamental da presença humana no ordenamento do território e da gestão do espaço rural, num contexto de alterações climáticas e risco de incêndios, apostando em modelos de transição, autossustentáveis, autossuficientes e resilientes que promovam a fixação de pessoas nestas áreas. É necessário criar um manual de boas práticas no âmbito da sustentabilidade ambiental, que oriente todos aqueles que se pretendem instalar nas zonas rurais, privilegiando modelos de intervenção com uma reduzida pegada ambiental, de apoio ao turismo em espaço rural e na valorização dos produtos regionais e das espécies autóctones.

- Mobilidade e transportes públicos

A mobilidade deve assumir uma preocupação central e um posicionamento estratégico enquanto projeto dinamizador socioeconómico. Queremos apostar num serviço de transportes públicos gratuitos, perspetivando-o enquanto instrumento de democratização, que reduza a exclusão social e as assimetrias entre o litoral e o interior, que facilite o acesso ao emprego, que promova a fixação de famílias e jovens, que seja um fator de sustentabilidade ambiental, e que, em consequência disto, dinamize a economia local.

- Pobreza, exclusão e solidariedade social

Portugal encontra-se entre os países europeus com maior índice de pobreza e onde mais cresce o fosso entre ricos e pobres. Ao dever de solidariedade para acudir a situações de pobreza extrema, devemos acrescentar mobilização e luta por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, combatendo a exclusão social e as políticas neoliberais que pretendem capturar a política pela economia e defender os interesses dos ricos e poderosos que pretendem minar as políticas públicas e as funções sociais do Estado. Em Loulé estaremos atentos e críticos dessas políticas, e queremos na nossa intervenção local e concelhia fazer parte deste combate pela justiça social e dignidade humana.

- Pelo reforço da Democracia e da cidadania participativa

É hoje uma evidência que a Democracia institucional, que funciona de acordo com ciclos eleitorais, se enriquece e aprofunda com o exercício da Democracia Participativa em torno de problemas concretos, incentivando o exercício de uma pedagogia democrática onde as pessoas se sentem protagonistas e cidadãos de pleno direito. Cabe ao BE, responsável pela introdução do Orçamento Participativo em Loulé, criar condições favoráveis a essa participação, constituindo o Provedor do Município mais um meio disponível para o exercício da cidadania crítica responsável.

- Cultura, Associativismo e Voluntariado

O associativismo é uma característica da condição humana e surgiu da necessidade de os homens e as mulheres se associarem para resolver problemas comuns, em cooperação, unindo vontades para criar espaços de convívio, de partilha de saberes e expressões, desenvolvendo percursos culturais e atividades diversas, respondendo a diferentes interesses e motivações. No nosso concelho as associações desempenham uma missão importante e vivem da entrega generosa dos seus dirigentes, animadores e associados, merecendo apoios significativos do poder autárquico que podem por vezes alimentar subsidi dependências, num contexto de acentuada municipalização da cultura. Daremos especial atenção à atividade associativa, promotora da economia social, meio de participação cidadã, de fruição e criação cultural, mas também de promoção dos direitos humanos, nomeadamente dos direitos sociais, económicos, culturais e ambientais.

Informação, divulgação e campanha para novos aderentes: Iremos promover campanhas e iniciativas específicas para atrair novos aderentes e simpatizantes desenvolvendo atividades diversificadas de natureza política, cultural, social e desportivas.

São subscritores desta moção os aderentes : Rogério Rochinha Jesus Ferreira Ad. Nº 10861 Nadja Serra Firmino Ad. Nº 14267 Tiago da Cruz Simão Grosso Ad. Nº 8113 João Alberto Fernandes Monteiro Costa de Oliveira Ad. Nº 13340 Joaquim Antonio Sarmiento Guerreiro Ad. Nº 2348 Carlos José da Silva Martins Ad. Nº7203

# LISTA CANDIDATA À COMISSÃO CONCELHIA DE LOULÉ PELA MOÇÃO “ LOULÉ PARA TODOS “

## EFFECTIVOS

Rogério Rochinha Jesus Ferreira Aderente nº 10861

Tiago da Cruz Simão Grosso Aderente nº 8113

Nadja Serra Firmino Aderente nº 14267

## SUPLENTES

João Alberto Fernandes M.C. de Oliveira Aderente nº 13340

Joaquim António Sarmiento Guerreiro Aderente nº 2348

## MANDATÁRIO

Carlos José da Silva Martins Aderente nº 7203 ([carlozemartins@gmail.com](mailto:carlozemartins@gmail.com), 936 190 110)